

ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA:

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NO VALE DO GUAPORÉ

Xênia de Castro Barbosa

Doutora em Geografia (UFPR), Mestre em História (USP), Graduada em História (UNIR).

Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8082-6974>

E-mail: xenia.castro@ifro.edu.br

Tiago Lins de Lima

Mestre em Geografia (UNIR), Graduado em Tecnologia de Processamento de Dados (FATEC/RO), Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação no Instituto Federal de

Rondônia (IFRO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2985-0194> E-mail:

tiago.lins@ifro.edu.br

Uílian Nogueira Lima

Mestre em História e Estudos Culturais (UNIR), Graduado em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

de Rondônia (IFRO) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3663-8076>. E-mail:

uilian.lima@ifro.edu.br

Resumo: O Vale do Guaporé, em Rondônia, abriga cinco comunidades quilombolas, as quais se encontram engajadas na luta pela afirmação de suas identidades e diferenças, e pela conservação de seus territórios, que constituem a base para a reprodução de sua vida em cultura. O presente artigo tem como objetivo problematizar aspectos históricos da colonização do Vale do Guaporé, correlacionando-a com questões do presente, tais como o direito ao território e as relações identitárias, questões essas vivenciadas pelas populações quilombolas do Vale do Guaporé, e que se revelam centrais para a cidadania dessas comunidades. O estudo filia-se ao campo epistemológico da Nova História e foi conduzido com base no método da pesquisa histórica, de Bloch (2002). A aquisição de dados foi realizada mediante pesquisa bibliográfico-documental e observações em campo. A análise dos dados foi elaborada com base no próprio método histórico de Bloch (2002). Os resultados apontaram para significativa presença afrodescendente no território analisado, presença esta que remonta ao período colonial brasileiro e à economia escravagista. Os descendentes dessas populações lutam, atualmente, para manter sua cultura e modos de vida e entendem que a conservação do território é elemento central para esse processo. A proteção dos territórios quilombolas é uma demanda urgente que precisa ser assumida de modo mais consequente pelo Estado brasileiro, visto que dessa proteção depende a preservação de importantes elementos da identidade nacional, a manutenção da sociobiodiversidade e a conservação ambiental.

Palavras-chave: Colonização. Quilombo. Território. Vale do Guaporé.

Abstract: The Guaporé Valley, in Rondônia, is home to five quilombola communities, which are engaged in the struggle for the affirmation of their identities and differences, and for the conservation of their territories, which constitute the basis for the reproduction of their life in culture. This article aims to problematize historical aspects of the colonization of the Guaporé Valley, correlating it with issues of the present, such as the right to the territory and identity relations, issues experienced by the quilombola populations of the Guaporé Valley, and which prove to be central to the citizenship of these communities. The study is affiliated to the epistemological field of the New History and was conducted based on the method of historical research, by Bloch (2002). Data acquisition was carried out through bibliographic-documental research and field observations. The data analysis was prepared based on Bloch's own historical method (2002). The results pointed to a significant Afro-descendant presence in the territory analyzed, a presence that dates back to the Brazilian colonial period and the slave economy. The descendants of these populations are currently struggling to maintain their culture and ways of life and understand that the conservation of the territory is a central element in this process. The protection of quilombola territories is an urgent demand that needs to be taken on in a more consistent manner by the Brazilian State, since this protection depends on the preservation of important elements of national identity, the maintenance of socio-biodiversity and environmental conservation.

Keywords: Colonization. Quilombo. Territory. Guaporé Valley.

INTRODUÇÃO

Este artigo corresponde a um recorte das reflexões desenvolvidas na esteira do projeto “Guaporé Negro: história da presença africana e afrodescendente no Vale do Guaporé”, desenvolvido no *Campus Porto Velho* Calama do Instituto Federal de Rondônia, com recursos do Edital Nº 34/2021/PVCAL - CGAB/IFRO, de 30 de Setembro de 2021. O projeto Guaporé Negro teve como objetivos promover estudo historiográfico acerca da presença africana e afrodescendente no Vale do Guaporé, consolidar dados sobre a ocupação do referido Vale nos séculos XVII e XVIII; e discutir os principais desafios contemporâneos enfrentados pelas comunidades que se reconhecem como quilombolas e habitam o referido espaço geográfico.

Busca-se, neste texto, pontuar aspectos históricos da colonização do Vale do Guaporé, correlacionando-a com questões do presente, tais como o direito ao território e as relações identitárias, questões essas vivenciadas pelas populações quilombolas do Vale do Guaporé, em Rondônia. Assim, o estudo em tela perpassa os campos da História e da Memória e os conceitos de quilombo, etnia e de identidade, com vistas a problematizar desafios da cidadania que se fazem presentes no Território Rural de Identidade Vale do Guaporé.

O Vale do Guaporé localiza-se no sudoeste do estado de Rondônia e é constituído de quatro municípios: Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, e ocupa uma área de 26.280,668 km², o que representa, aproximadamente, 11% do território rondoniense (Machado, 2020). Outros municípios adjacentes, como Rolim de Moura, Alta Floresta do Oeste e Guajará-Mirim possuem sua história, ocupação humana e relações culturais ligadas ao Vale do Guaporé, mas atualmente, não fazem parte do referido território, em razão dos critérios adotados na territorialização operada pelo Ministério da Integração Nacional e pelo governo do Estado de Rondônia, embora se integrem a ele em função de relações econômicas estabelecidas e de compartilhamento de uma cultura convergente com a que se se faz presente na área.

A população residente no Território Rural de Identidade Vale do Guaporé é de aproximadamente 61.730 habitantes, estando assim distribuída: Costa Marques: 12.633 habitantes, São Francisco do Guaporé: 16.302 habitantes, São Miguel do Guaporé: 21.612 e Seringueiras: 11.183 (IBGE, 2022). Essa população é multiétnica e multicultural, contando com brasileiros procedentes das diversas regiões do Brasil, indígenas, bolivianos e descendentes de escravizados africanos.

A economia do Vale do Guaporé encontra sua força na agricultura e na pecuária, sendo relevantes também as atividades extrativistas desenvolvidas em base ecológica, por povos e comunidades tradicionais que habitam aquele território, como a coleta de castanhas e a pesca. Trata-se, contudo, de um território frágil e em expressa ameaça, em função do avanço do agronegócio, especialmente da pecuária e da soja (Machado, 2019; Batista; Muratori, 2017). O avanço do agronegócio sobre esse território tem ocorrido a elevado custo socioambiental e à revelia da sustentabilidade, atingindo importantes áreas de reserva ambiental. Boa parte dessas áreas de reserva ambiental são territórios tradicionais de indígenas e quilombolas que se sobrepõem às unidades de conservação da região, como é o caso da Terra Indígena Uru-Eu-WauWau, do Parque Nacional de Pacaás Novos, da Terra Indígena Massaco e

da Reserva Biológica Guaporé, onde vivem indígenas contactados, indígenas isoladas e de onde remanescentes quilombolas também retiram parte de seu sustento.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido em abordagem qualitativa, com base no método histórico de Bloch (2002), método que se caracteriza por concatenar de maneira lógica documentos variados, a partir de problemas do presente, com vistas a compreender o desenvolvimento dos fenômenos no tempo. Este método engloba um conjunto de operações que perpassa: 1) a observação geral do fenômeno e as reflexões iniciais sobre ele; 2) a seleção e a crítica dos testemunhos (fontes históricas), que lancem luzes sobre o fenômeno; 3) a ordenação e serialização dessas fontes e 4) a análise crítica, que busca a compreensão, e não o julgamento. Trata-se, portanto, de se concatenar a ordem do tempo com a natureza da história, afirmando-se, assim, o vínculo entre ordenamento racional, tempo e história.

O estudo alinha-se, portanto ao campo epistêmico da Nova História, na medida em que conjuga esforços em prol de demonstrar que numa sociedade, qualquer que seja ela, "tudo se liga e se controla mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, tanto as manifestações mais elementares como as mais sutis da mentalidade" (Bloch, 2002, 31).

Ao nos vincularmos a tal paradigma, reconhecemos que o trabalho historiográfico é artesanato elaborado a partir de um conjunto de questões apresentadas ao conjunto documental, o qual se constitui como filtro que baliza nossas interpretações, e reconhecemos que a seleção e a análise das fontes situam-se no cruzamento entre passado e presente, reproduzindo tensão entre familiaridade e estranhamento.

A aquisição dos dados foi realizada mediante pesquisa bibliográfico-documental e observações em campo. Dentre as fontes bibliográficas foram priorizadas dissertações e teses sobre o assunto, e dentre os documentos considerou-se censos populacionais, relatórios e planos de desenvolvimento recentes aplicados ao Vale do Guaporé. As observações em campo foram desenvolvidas no período de dezembro de 2021 a novembro de 2023 e registradas em caderno de campo. Destaca-se que anualmente os autores realizam observações em campo no Vale do Guaporé, em razão do acompanhamento da Festa do Divino Espírito Santo, e da realização de atividades de popularização da ciência ofertas pelo Instituto Federal de

Rondônia (instituição na qual os autores trabalham há mais de 14 anos), por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Assim, essa vivência empírica, registrada nos cadernos de campo dos autores se soma à análise documental, consolidando o *corpus* documental da pesquisa.

Os documentos selecionados passaram pelos procedimentos de crítica heurística e hermenêutica, com vistas a identificar sua autenticidade e as formações discursivas dos emissores/autores. Na sequência, foram serializados por tipo e fichados em editor eletrônico de texto.

A análise dos dados fundamentou-se no próprio método histórico de Bloch (2002), o qual se configura como método interpretativo que imprime na narrativa um esforço de compreensão, apartado de julgamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COLONIZAÇÃO DO VALE DO GUAPORÉ

A colonização e a incorporação do Vale do Guaporé à Coroa Portuguesa (e posteriormente ao Estado brasileiro) teve início ainda no período colonial (1500-1808), por meio das expedições denominadas de Bandeiras e Monções, expedições estas que visavam capturar indígenas para compor a força de trabalho nas lavouras do sudeste do Brasil, capturar escravos fugitivos, prospectar metais preciosos e comercializar mercadorias variadas. Graças a essas expedições foi possível a descoberta de ouro às margens do Córrego da Prainha, em 1722, no atual estado de Mato Grosso, e às margens do Rio Guaporé, em 1731, no atual estado de Rondônia.

A descoberta de aluviões e minas auríferas constituiu fator decisivo para intensificar a conexão fluvial entre São Paulo e as regiões mineradoras no entorno dos Rios Cuiabá e Guaporé, dada a necessidade de abastecer as minas com alimentos, suprimentos e escravos. Nesse processo essas regiões que hoje fazem parte dos estados de Mato Grosso e Rondônia foram palco de significativo afluxo populacional, denominado por Rezende (2006) de “febre do ouro”. Segundo o autor (*op. cit.*), esse movimento preocupava a Coroa Portuguesa, que via nele o risco de evasão fiscal, por meio de contrabando. Para Portugal, era imprescindível manter a soberania portuguesa na região, e as estratégias adotadas para isso envolveram ações político-administrativas de proteção das fronteiras e proteção do ouro.

Dentre as estratégias adotadas pela Cora Portuguesa no contexto em comento, ganharam destaque:

a) Criação de uma prelazia em Cuiabá, concretizada pela Bula *Candor Lucis Aeternae* de 1745, que levou o Vaticano a reconhecer o domínio português sobre as terras mato-grossenses.

b) Carta Régia de 5 de agosto de 1746, que determinou a criação de uma vila (iniciando em São Francisco Xavier) nas margens do Guaporé, com renúncias fiscais aos que permanecessem nela. Nessa localidade foi fundado, posteriormente (em 1756), o município de Vila Bela da Santíssima Trindade, que se tornaria a primeira Capital do Mato Grosso.

c) A criação da Capitania de Mato Grosso, em 9 de maio de 1748, desmembrada da Capitania de São Paulo e delimitada pelos rios Guaporé, Araguaia, Paraná, e Paraguai (Felix, 2013, p. 151).

Conforme Menezes e Barbosa (2023), além desses expedientes, a construção de equipamentos militares de defesa também foi prática bastante utilizada. Só no Vale do Guaporé, quatro equipamentos de proteção da fronteira foram edificadas naquele contexto, a saber: a Guarda de Santa Rosa, o Fortim de Nossa Senhora da Conceição, o Forte de Bragança e o Real Forte Príncipe da Beira.

A mão de obra utilizada para a exploração do ouro assim como para a edificação e manutenção das obras de engenharia militar construídas na fronteira entre os domínios territoriais de Portugal e Espanha na Amazônia foi a mão de obra africana escravizada. Como se sabe, o sistema escravista impunha-se de modo violento sobre o corpo e a subjetividade das pessoas escravizadas, colocando-as à margem da dignidade humana e de qualquer direito que hoje se considera fundamental. As estratégias de sobrevivência dos escravizados foram variadas, envolvendo desde negociações, apropriações e ressignificações de elementos da cultura portuguesa – como atesta o caso da Festa do Divino no Vale do Guaporé e o surgimento das irmandades pretas, até revoltas, fugas e formação de quilombos.

Progressivamente, aquela população, ao compartilhar o mesmo território e um conjunto semelhante de experiências, constituiu-se como grupo étnico específico, que expressa uma cultura, uma religiosidade, um forma de se expressar e apresenta até mesmo características físicas em comum. É relevante ter claro, todavia, que identidade étnica não se define de maneira puramente endógena, mas resulta de atos significativos estabelecidos por outros grupos (Barth, 2000). Assim, a construção étnica é produto das relações sociais.

A PRESENÇA AFRICANA NO VALE DO GUAPORÉ

A presença africana e de afrodescendentes no Vale do Guaporé remonta ao período colonial, quando foram usados como mão de obra nos trabalhos de construção do Forte Príncipe da Beira, nas jazidas minerais e na agricultura.

O ingresso de africanos escravizados na Capitania do Mato Grosso (que abrangia, à época, o Vale do Guaporé) se dava por duas rotas principais: a rota do sul, que conectava as regiões Sul e Sudeste da colônia portuguesa a Goiás e Mato Grosso, e a rota do norte, também chamada de rota do Madeira, que em sentido contrário, trazia escravos da região do Grão-Pará e Maranhão para as capitanias de Mato Grosso e Goiás (Pinheiro, 2014).

No período de 1720 a 1772, 16.380 pessoas escravizadas adentraram a Capitania de Mato Grosso para compor a força de trabalho dos diversos empreendimentos coloniais (Pinheiro, 2014), e no limiar do século XIX (no ano de 1880), o total da população da Capitania do Mato Grosso era de 25.821 indivíduos, a maioria preta. No caso da capital da província, Vila Bela da Santíssima Trindade, a distribuição étnica estava assim representada: do total de 7.105 habitantes, 71,7% eram negros, 18,4% eram mulatos e apenas 7,1% eram brancos (Silva, 2008, p. 82).

Só no período entre 1751 e 1772, mais de cinco mil escravizados entraram no Vale do Guaporé, a maior parte (4.831) pela rota do Sul, como podemos observar na Figura 1.

Figura 1: Ingresso de Escravizados no Vale do Guaporé, por rota, 1751-1772

PERÍODO	ESCRAVOS IMPORTADOS PELA ROTA DO MADEIRA	ESCRAVOS IMPORTADOS PELA ROTA DO SUL
1751-1754	117	2.934
1765-1768	292	651
1769-1772	465	1.246
TOTAL	874	4.831

Fonte: Pinheiro (2014)

Em face das condições extremas de exploração às quais estavam sujeitos, muitos desses escravizados fugiram e estabeleceram quilombos em áreas de difícil acesso, buscando viver livres do jugo do sistema escravista. Os quilombos representavam refúgio e liberdade, e nesse sentido, a vastidão da floresta amazônica foi uma importante aliada, pois lhes fornecia não só

refúgio, mas também alimentos e matérias-primas variadas para a subsistência e o comércio de excedentes, efetuado principalmente por meio de escambo.

Na construção de territorialidades quilombolas os africanos e seus descendentes desenvolveram uma sofisticada compreensão da ecologia amazônica, criaram formas sustentáveis de produção de alimentos, assim como construíram redes de apoio e de sociabilidades com indígenas de variadas etnias.

Essas experiências de territorialização deram origem a diversas comunidades remanescentes de quilombos, dentre as quais Santo Antônio do Guaporé, Pedras Negras, Santa Fé, Forte Príncipe da Beira, Santa Cruz, Rolim de Moura do Guaporé, Jesus, Laranjeiras, Tarumã, alastradas nos municípios rondonienses: Costa Marques, São Miguel do Guaporé, São Francisco e Pimenteiras do Oeste.

Bandeira (1988) e Teixeira (2004) foram precisos ao destacar o caráter branco e eurocêntrico do processo político-administrativo desse território, e a extensiva presença da mão de obra negra na efetivação desses trabalhos. Conforme Teixeira: “O estabelecimento dessas populações ao longo do Guaporé definiu a região como sendo um território negro, habitado por populações egressas da escravidão, cuja presença na localidade foi fundamental para a manutenção da posse territorial e dos limites fronteiriços do Estado Nacional do Brasil” (Teixeira, 2004, p. 485). O ator destaca, ainda, que o acervo cultural guaporeano recebeu forte herança dos intercâmbios culturais de ameríndios e africanos bantu na floresta Amazônica, pois muitas das concepções bantu foram ressignificadas pela cosmovisão dos povos ameríndios do Guaporé, recriando cosmologias híbridas e genuínas.

Ao longo de séculos de contatos interétnicos, essa população afrodescendente se mimetizou com os diversos grupos étnicos que compunham a região, desenvolveu novas identidades e novas formas de relação e produção. Nesse processo, muitos elementos dessa experiência ancestral escravista e quilombola se perderam ou foram apagadas nas tramas do tempo, contudo, a partir dos anos 2000, conflitos territoriais e uma nova política nacional de valorização da cultura e do patrimônio motivaram ações de reconstrução dessa história e de invenção dessa nova identidade: a identidade quilombola.

IDENTIDADES QUILOMBOLAS: ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

A memória é definida por Le Goff (1990), como a propriedade de conservar certas informações, e se relaciona, primeiramente, a um conjunto de funções psíquicas que nos possibilitam atualizar impressões ou informações passadas, ou que representamos como passadas. A História, por seu turno, é uma forma especializada de conhecimento – uma ciência, diria Bloch (2002), que se caracteriza pela análise das experiências sociais no tempo e no espaço.

Primeiramente cabe destacar que História e Memória no Ocidente têm configurado uma relação tensa, marcada ora por desconfianças mútuas, ora por aproximações e busca conjunta de compreensão dos fenômenos da vida social. Em linhas gerais, a primeira é criticada por promover um apagamento de memórias, notadamente das memórias de segmentos que por muitos séculos estiveram à margem dos objetos de reflexão historiográfica, tais como as mulheres, os jovens, os trabalhadores, os representantes da cultura popular, etc. E de fato, por muito tempo se praticou uma modalidade historiográfica limitada aos fenômenos do poder (uma história de reis e generais) e pouco afeita a considerar a perspectiva “dos de baixo” – as classes subalternas, os elementos anônimos.

A memória, por sua vez, é criticada por ser demasiado humana, pois enquanto propriedade biológica pode estar sujeita a falhas decorrentes de problemas de saúde, problemas decorrentes do processo natural de envelhecimento, e mesmo o ato reminiscente é tido como pouco objetivo, uma vez que atravessada por escolhas e filtros de interesse que definem o que é conveniente lembrar e o que é conveniente omitir ou esquecer.

Nesse sentido, História e Memória se contrapõem, na medida em que a História exige interpretação e distanciamento crítico do passado e só pode afirmar o que as fontes dão base, ao passo em que a Memória implica “sempre uma participação emotiva em relação a ele, é sempre vaga, fragmentária, tendenciosa em alguma medida. A memória faz que dados caibam em esquemas conceituais, reconfigura sempre o passado tendo por base as exigências do presente” (Rossi, 2010, p. 28).

De fato, a memória opera seletivamente e contextualizadamente, na dialética entre as experiências pessoais e coletivas. Nas palavras de Roussou (2006, p. 94),

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social nacional. Portanto, toda a memória é, por definição, coletiva.

Em face desses pontos de encontro e de desencontros entre a História e a Memória, recentemente vêm ganhando espaço as teses que advogam a necessária integração entre ambas, sendo esta integração um ganho para a História, visto que:

[...] o apelo à memória coletiva e às memórias privadas permite aos historiadores abandonar o terreno dos eventos públicos, da cronologia oficial, para ocupar-se do mundo da vida privada, das mentalidades, das histórias locais que haviam sido submersas e derrotadas quando do triunfo da História sobre a Memória (Rossi, 2010, p. 28).

Desse modo, vemos uma nova abertura da História em relação à memória social, agora reconhecida como um dos recursos fundamentais para se abordar os problemas do tempo (Le Goff, 1990).

O problema das identidades na contemporaneidade não é menos complexo, e se relaciona também às questões da História e da Memória.

A contemporaneidade vivencia um fenômeno singular: o da aceleração do curso histórico, que torna difícil usar o passado para iluminar o presente – e torna ainda mais difícil fazer qualquer previsão para o futuro (Rossi, 2010). Nesse contexto, “o peso do passado, que servia como lastro nas sociedades tradicionais, tornou-se leve, ao passo que o entusiasmo quanto ao futuro, que havia animado as sociedades modernas, tornou-se incerto” (Bodei, 1989, *apud*, Rossi, 2010, p. 27). Diante dessas novas relações com o tempo e da destruição das bases que conferiam estabilidade no passado, temos, no presente, identidades múltiplas, fluidas, dinâmicas e versáteis. Identidades que não definem valores imutáveis, mas que se abrem à negociação e à reformulação conforme as demandas do presente.

Outro elemento de destaque na conformação das identidades é seu caráter relacional: as identidades são construídas em relação ao outro, envolvem, portanto, mecanismos de identificação, diferenciação e de validação social. Ou seja, as representações de si dependem também do reconhecimento perante os outros. Por conseguinte, a afirmação da identidade acompanha a demarcação da diferença, configurando-se como operações incessantes de incluir e excluir: quando dizemos o que somos, afirmamos também o que não somos (Hall, 2005).

Considera-se etnia, segundo d'Adesky (2009), o elemento distintivo de um grupo cujos membros possuem, a seus próprios olhos e ante aos olhos dos demais, uma identidade particular, enraizada na consciência de uma história ou uma origem comum e de heranças culturais compartilhadas, que contribuem para a formação da nação e, ao mesmo tempo, se diferencia dela. As diferenças étnicas se consolidam a partir de signos culturais que operam como elementos de diferenciação social. Identidade e diferença, portanto, perpassam as etnias e as experiências de etnicidade.

Barth (2000), afastando-se da crença de que há uma essência que define cada etnia, caracteriza o processo de construção étnica sob o signo da interação social, reconhecendo que nesse processo coexistem exclusões e recusas à cultura do outro, bem como incorporação e negociação. Para o autor (*op. cit.*), a identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade interna. Em seu entendimento, a continuidade dos grupos étnicos não é explicada em termos de manutenção de sua cultura tradicional, mas sim da manutenção dos limites do grupo, ou seja, da dicotomização entre membros e não membros (nós/eles) e da manutenção da solidariedade interna ao grupo.

De outro modo, para Cohen (1974), a etnia é um fenômeno de natureza política ou econômica, e remete a grupos de pessoas unidas em torno de interesses comuns (Cohen, 1974). O autor enfatiza a etnicidade como uma estratégia intencionalmente reforçada que almeja promover maior coerência nas reivindicações das pautas de interesse do grupo.

No que se refere à formação desse tipo de identidade, Teixeira (2004) destaca que estas também são processuais e se afirmam a partir de aspectos diversos, na medida em que um grupo social experimenta formas desiguais, em relação a outros grupos no tocante a produção de seus bens, organização de seus universos sociais, diversidade nas formas como concebem conduta, visões de mundo, além de sentidos e projetos de vida (Teixeira, 2004, p. 14).

A identidade quilombola que tem se afirmado no Vale do Guaporé neste século expressa formas peculiares de convívio, de organização social e de relação com o território. Embora o território não seja condição *sine qua non* para a existência de grupos étnicos, visto que “estes podem ser definidos por um laço territorial anterior ou presente, mas também, na ausência de território comum, pelo elo de diversas redes de instituições ou associações” (d'Adesky, 2009, p. 191), a partilha de um território em comum fortalece essas identidades e fortalece a cidadania dessas comunidades. Nas palavras de Quadros, Pilletti e Santos (2022, p. 238),

Assegurar o uso da terra por seus habitantes condiciona que se mantenha as práticas culturais, permite acesso aos direitos negados, possibilita a valorização dos sujeitos ao considerar as formas de vivências construídas ao longo de gerações nesses espaços de socialização não somente da terra, mas de todo um conjunto de manifestações socioculturais

Desse modo, entende-se que essa identidade se fundamenta tanto na Memória quanto na História: em busca da posse territorial e da garantia de sobrevivência muitos negros guaporeanos têm buscado recuperar, por meio da tradição oral e das memórias familiares informações sobre o passado de escravidão enfrentado por seus antepassados, sobre a chegada ao Vale, sobre a cultura, a religião, as festas e as forma de trabalho, e têm buscado revitalizar os elementos de sua cultura. Mas esse é um passado distante e muitas dessas informações se mostram de difícil acesso, assim, recorrem também à História, aos livros acadêmicos e aos documentos dos especialistas.

Na busca pelo conhecimento do passado, os quilombolas guaporeanos operam processos de autoconhecimento, de autoafirmação, constroem um passado compartilhado e dele extraem os elementos para as lutas do presente. Trata-se de um grupo étnico que se fortalece a partir de seus interesses, o que mobiliza a etnicidade como base suas reivindicações. Nesse sentido, conforme Silva (2003), a etnicidade se torna a base para a mobilização dos grupos étnicos e para reivindicações políticas e econômicas, e nesse processo, as características culturais ou raciais visíveis, que muitas vezes são arroladas como definidoras de um grupo étnico, se tornam menos relevantes nos processos de luta, e de igual, se tornam menos relevantes do ponto de vista conceitual.

Uma das principais lutas desse segmento populacional em Rondônia é ainda pelo território, pelo reconhecimento e demarcação das áreas onde vivem. Conquistar o direito ao território é condição básica para garantir a reprodução cultural e a sobrevivência física do grupo. A proteção do território é também essencial para conter o desflorestamento e para conservar a biodiversidade.

Atualmente, no Vale do Guaporé são reconhecidas cinco comunidades quilombolas, das quais duas se localizam nos municípios de Costa Marques, duas no município de São Francisco do Guaporé, e uma no município de São Miguel do Guaporé.

Figura 2: Comunidades Quilombolas no Vale do Guaporé

Comunidades Quilombolas	Localização	Total de Famílias	Área (há)	Situação quanto à posse da terra
Santo Antonio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	21	41.600	Certificada . Em fase de RTID
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	74	20.108	Certificada .
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé	26	43.911	Certificada . Em fase de RTID
Santa Fé	Costa Marques	41	1.452	Certificada . Em fase de RTID
Quilombo de Jesus	São Miguel do Guaporé	12	2.627	Certificada e Titulada

Fonte: Os autores (2024), elaborado com base em Fundação Cultural Palmares (2022)

O avanço na produção dos RTDI – Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação é um passo fundamental para a titulação e proteção do território habitado pelas comunidades quilombolas.

Assegurar a titulação das terras dos quilombolas é uma forma de contribuir para a preservação da identidade nacional, para a manutenção da sociobiodiversidade, bem como para a conservação ambiental. Trata-se de um desafio cogente, em razão do expressivo avanço do agronegócio, o qual tem colocado em cheque as formas tradicionais de vida e de produção desenvolvidas naquele ambiente, comprometendo, inclusive, as áreas de reserva ambiental.

O direito ao território perpassa a questão do reconhecimento jurídico-formal do quilombo, e esse direito tem se mostrado um desafio sob o qual operam tanto entraves de ordem burocrática (a morosidade do Estado) quanto de ordem ideológica. Nota-se descompasso entre as concepções do

Estado acerca do conceito de quilombo e as dinâmicas étnicas contemporâneas neles presentes. A esse respeito, Almeida (2011) ponderou: “No estado atual de conhecimento se percebe os quilombos menos como conceito, sociologicamente construído, do que através de uma definição jurídico-formal historicamente cristalizada” (Almeida, 2011, p. 34). O autor operou a crítica a essa perspectiva vigente, e esta, em sua visão, é reducionista e não acompanha os novos movimentos da etnicidade.

Segundo o autor (*op. cit.*), o regramento jurídico acerca da identificação e homologação de terras quilombolas opera com a ideia de “remanescente”, todavia, o processo de afirmação étnica historicamente não passa pelo resíduo, pela sobra ou “pelo que foi e não é mais”, senão pelo que de fato se é, pelas possibilidades de ser e pelas configurações do ambiente no qual se vive.

Buscar fundamento, exclusivamente, nos resíduos dessas experiências de ocupação humana pretérita é limitante, visto que as contingências específicas de cada período forçaram deslocamentos, migrações, desterritorializações e reterritorializações – decorrentes dos próprios desafios de sobrevivência física e econômica. Assim, embora se considere positivo os avanços da legislação nacional em prol da titulação dos territórios quilombolas, como o que denota o Art. 1 do Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, segundo o qual, para uma área geográfica ser intitulada como terra quilombola, precisa, primeiramente ser autodefinida como tal pela própria comunidade que almeja a titulação, é necessário que o Estado considere não só os vestígios (as permanências), mas também os processos históricos que resultaram em ausências, assim como as transformações da cultura ao longo do tempo. Nesse sentido, é pertinente voltar-se à História (correlacionar passado e presente), considerar as dinâmicas socioeconômicas presentes nesses territórios e enfatizar as lutas coletivas dessas comunidades.

Assim, pensamos o quilombo em perspectiva ressemantizada, reconhecendo seu caráter polissêmico, não como um resíduo do passado ou relicário, mas como espaço de luta. Nessa toada, as comunidade quilombolas do Vale do Guaporé se vinculam tanto a territórios tradicionalmente habitados por seus antepassados, como a territórios de ocupação recente, e sua cultura se caracteriza pela hibridez de formas orais e escritas, tecnologias e técnicas tradicionais e modernas, tendo como ponto de convergência a luta por direitos, pelo reconhecimento de sua identidade e pela manutenção de seus modos característicos de uso e ocupação do solo e de relação com os recursos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Vale do Guaporé localiza-se no sudoeste do estado de Rondônia, ocupando uma extensão de 26.280,668 km². Sua colonização remonta ao período colonial brasileiro e se liga diretamente à descoberta do ouro. Para trabalhar na mineração e nas edificações militares construídas com o intuito de assegurar a posse territorial da rica região à Coroa Portuguesa, o trabalho cativo foi expediente amplamente utilizado. Nesse processo de trabalho e manutenção territorial, mais de cinco mil africanos e afrodescendentes escravizados adentraram ao Vale do Guaporé.

Diante da violência e do arbítrio, fugas, revoltas e constituições de quilombos foram estratégias de resistência adotadas pelos escravizados, os quais deixaram descendentes que, nos dias de hoje, buscam na História e na Memória as fontes para um projeto identitário, por meio do qual almejam fortalecer sua cultura, assegurar as condições de sobrevivência e ampliar os horizontes da cidadania, assim como esclarecer aspectos do passado de violência e de restrições compartilhado.

Os quilombolas do Vale do Guaporé são novos sujeitos políticos, que lutam por direitos já consagrados, do ponto de vista formal, na Carta Cidadã, mas que na prática, ainda carecem de materialidade. Na esteira dessas lutas, o direito ao território revela-se de especial relevância, para eles, a terra é elemento de coesão social do grupo, que permite sua reprodução física e a preservação de sua cultura, valores e modos de vida.

O processo contemporâneo de reconhecimento das identidades quilombolas e de documentação dos territórios por eles habitados é um processo desafiador, que aponta para a morosidade do aparato estatal, para uma baixa compreensão da própria história, que é dinâmica, e para concepções divergentes acerca da identidade quilombola. Em meio às lutas dos quilombolas por reconhecimento e proteção de seus territórios, nota-se, ainda, no caso em tela, as pressões decorrentes da expansão do agronegócio.

O projeto de afirmação da identidade e manutenção territorial, portanto, encontra-se em choque com o avanço de novas lógicas produtivas e de relação com o meio ambiente – lógicas centradas no lucro, na exploração dos recursos e na produção em monocultura. Tais lógicas, presentes na esteira do agronegócio, têm se expandido sobre as áreas de reserva ambiental do Vale do Guaporé (Machado, 2019), áreas estas que, desde tempos ancestrais, constituem território tradicional quilombola e que são vitais para a

sobrevivência material e cultural do grupo e dos demais povos e comunidades tradicionais residentes no local.

Entende-se que a proteção dos territórios quilombolas é uma demanda urgente que precisa ser considerada e mediada pelas novas gestões do Instituto Palmares e do INCRA, visto que dessa proteção depende a preservação de importantes elementos da identidade nacional, a manutenção da sociobiodiversidade e a conservação ambiental.

A proteção dos territórios quilombolas do Vale do Guaporé e a ampliação da proteção social a esses cidadãos deve ser vista como uma questão de interesse social, uma vez que os quilombolas atuam como guardiões do patrimônio natural amazônico, patrimônio esse que é estratégico para o equilíbrio hídrico e climático e para a conservação da vida no planeta.

A demarcação das terras por eles habitadas é questão urgente, e em paralelo, é necessário pensar em projetos de desenvolvimento econômico que levem em conta a necessidade de conservação dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras, e que promovam a valorização da diversidade étnica e cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, ALFREDO WAGNER BERNO DE. QUILOMBOS E AS NOVAS ETNIAS. MANAUS: UEA EDIÇÕES, 2011.

BANDEIRA, MARIA DE LOURDES. TERRITÓRIO NEGRO EM ESPAÇO BRANCO. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1988.

BATISTA, JOSÉLIA FONTENELE; MURATORI, ANA MARIA; PENHA, MARANEI ROHERS.

NOVO CENÁRIO NO VALE DO GUAPORÉ: UMA LEITURA GEOGRÁFICA SOBRE OS IMPULSOS ECONÔMICOS DA PECUÁRIA E SUA INFLUÊNCIA NA PAISAGEM. REVISTA CONFINES. N. 29, 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTP://CONFINES.REVUES.ORG/11608](http://confins.revues.org/11608). ACESSO: 12 MAI. 2023.

BARBOSA, XÊNIA; MENEZES, NILZA. O REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA: NOTAS PARA UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA. IN: STACHIW, ROSALVO. NOSSA TERRA, NOSSA GENTE: UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA – EDIÇÃO JOVEM. PORTO VELHO, 2023.

BARTH, FREDRIK. O GURU, O INICIADOR E OUTRAS VARIAÇÕES ANTROPOLÓGICAS. RIO DE JANEIRO: CONTRA CAPA, 2000.

BLOCH, MARC. APOLOGIA DA HISTÓRIA OU O OFÍCIO DO HISTORIADOR. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR, 2002.

D'ADESKY, JACQUES. PLURALISMO ÉTNICO E MULTICULTURALISMOS: RACISMOS E ANTIRACISMOS NO BRASIL. RIO DE JANEIRO, PALLAS, 2009.

COHEN, ABNER. ETNICIDADE URBANA. LONDRES: ROUTLEDGE, 1974.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs). IMPRENSA NACIONAL: DOU DE 22/08/2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PALMARES.GOV.BR/?PAGE_ID=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551) ACESSO EM 22 MAI. 2023.

HALL, STUART. A IDENTIDADE CULTURAL DA PÓS-MODERNIDADE. 10. ED. RIO DE JANEIRO: DP&A, 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CONTAGEM POPULACIONAL – DEZEMBRO DE 2022. RIO DE JANEIRO: 2022

LE GOFF, JACQUES. HISTÓRIA E MEMÓRIA. CAMPINAS: UNICAMP, 1990.

MACHADO, DÉBORA. CONFLITOS NA FRONTEIRA DO GUAPORÉ EM RONDÔNIA: ÁREAS PROTEGIDAS VERSUS O AVANÇO DA AGROPECUÁRIA. REVISTA GEONORDESTE, ANO XXXI, N. 1, JÁ.-JUN., 2019, P. 22-39.

PINHEIRO, ZAIRO CARLOS DA SILVA. O IMAGINÁRIO NAS ESPACIALIDADES: QUILOMBOLAS DO VALE DO GUAPORÉ/RONDÔNIA. TESE (DOUTORADO EM GEOGRAFIA), 301F. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. CURITIBA: 2014.

QUADROS, KEILA DE PAULA FERNANDES; PILLETTI, EDILEUZA AMORAS; SANTOS, SILVANA GOMES. O MODO DE PRODUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO QUILO MBO DE TIPITINGA: UM OLHAR A PARTIR DO RECEBIMENTO DE CURSOS E FORMAÇÕES NA COMUNIDADE. CONTRACORRENTE, N. 18, 2022 (2), P. 233-256. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UEA.EDU.BR/INDEX.PHP/CONTRACORRENTE/ARTICLE/VIEW/2489](https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2489) ACESSO EM 30 ABR. 2024.

REZENDE, TADEU VALDIR FREITAS. A CONQUISTA E A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL: A DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS. TESE (DOUTORADO), 353 FLS. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS, 2006

ROSSI, PAOLO. O PASSADO, A MEMÓRIA, O ESQUECIMENTO: SEIS ENSAIOS DA HISTÓRIA DAS IDEIAS. SÃO PAULO: UNESP, 2010.

ROUSSO, HENRY. A MEMÓRIA NÃO É MAIS O QUE ERA. IN: FERREIRA, MARIETA DE MORAES. AMADO, JANAÍNA(ORG.). USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL. RIO DE JANEIRO: EDITORA FGV, 2006).

SILVA, MARTINIANO. QUILOMBOS DO BRASIL CENTRAL: VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA ESCRAVA, 1719-1888. 2. ED. GOIÂNIA: KELPS, 2008.

SILVA, GIOVANI JOSÉ. ALÉM DO QUE OS OLHOS VÊEM: REFLEXÕES SOBRE ETNIA, ETNICIDADE E IDENTIDADE ÉTNICA – OS ÍNDIOS ATIKUM EM MATO GROSSO DO SUL. TELLUS, ANO 3, N. 5, P. 95-106, OUT. 2003.

TEIXEIRA, MARCO ANTÔNIO DOMINGUES. CAMPESINATO NEGRO DE SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ. IDENTIDADE E SUSTENTABILIDADE. TESE (DOUTORADO). 525 FLS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, PARÁ: 2004.